

PARECERES DO CONSELHO GERAL

N.º 22/PP/2022-G e n.º 5/PP/2022
sobre Publicidade

Processo n.º 22/PP/2022-G

Plataforma Informática

PARECER

A Sra. Advogada Dra. (...) veio solicitar *informação* sobre a seguinte questão:

Foi contactada por uma empresa que se encontra a instalar e gerir uma plataforma informática destinada à proteção dos denunciantes nos termos previstos na Lei n.º 93/2021 de 20 de Dezembro com vista à comercialização do referido serviço junto das empresas. Pretende esta empresa que, inserida na plataforma e acessível apenas aos clientes subscritores do serviço, estejam disponíveis um ou vários contactos de Advogados a quem os clientes podem, caso entendam, recorrer no âmbito das denúncias apresentadas sendo que, escolhido um dos Advogados, a relação será efetuada diretamente com este designadamente para efeitos de cobrança e faturação de honorários.

A questão que se coloca é a de saber se tal pretensão — (...) é ou não compatível com as regras em vigor quanto ao exercício da atividade jurídica e forense.

Análise

Antes de mais remete-se a Sra. Advogada para o Parecer também emitido pela aqui Relatora referente ao processo n.º 5/PP/2022-G aprovado em sessão plenária do C. G. de 29 de Abril de 2022, no qual se pronunciou sobre questão idêntica, reiterando agora na íntegra tudo o já alegado naquele outro parecer.

Ainda assim e apesar dos dois pareceres tratarem de questões similares embora com características diferentes, não deixaremos de acrescentar o seguinte: A questão aqui é decidir se a existência de um ou vários advogados disponíveis na plataforma informática destinada à proteção dos denunciante, com vista à comercialização do referido serviço junto das empresas, é ou não compatível com as normas estatutárias e regulamentares que regem o exercício da advocacia.

A nossa resposta é negativa.

O art. 94.º do EOA prevê a divulgação da actividade profissional do advogado e das sociedades de advogados, mencionando o n.º 4 do preceito: *São, designadamente, atos ilícitos de publicidade:*

- a) *A colocação de conteúdos persuasivos, ideológicos, de auto engrandecimento e de comparação;*
- b) *A menção à qualidade do escritório;*
- c) *A prestação de informações erróneas ou enganosas;*
- d) *A promessa ou indução da produção de resultados;*
- e) *O uso de publicidade direta não solicitada;*

Por outro lado resulta da al. h) do n.º 1 do art. 90.º que constitui um dever do advogado *não solicitar clientes, por si ou por interposta pessoa.*

Ora tendo em consideração que a plataforma tem como objectivo atrair subscritores, encaminhando-os após para os advogados inseridos na mesma, entendemos que se trata de um *acto de angariação de clientela* que atenta contra a dignidade da profissão de Advogado, considerando assim que está vedada ao Advogado a sua inclusão na referida plataforma.

Em conclusão

1. O preceituado no art. 94.º do EOA impõe que a actividade profissional do advogado seja feita de forma objectiva, sendo lícita a

publicitação de advogado ou sociedade de advogados num sítio da Internet, desde que o seu teor seja meramente informativo conforme explanado na norma;

2. Nos termos da al. h) do n.º 1 do art. 90.º constitui um dever do Advogado *não solicitar clientes, por si ou por interposta pessoa*;
3. A participação e divulgação da actividade profissional de advogado numa plataforma informática cujo objectivo é atrair subscritores, encaminhando-os posteriormente para o/os advogados inscritos na respectiva plataforma, é um acto de angariação de clientela que atenta contra a dignidade da profissão de advogado, estando por isso, vedada ao advogado a sua participação na mesma.

À próxima sessão plenária do C. Geral.

Tavira, aos 21 de Novembro de 2022

A Relatora,

MARIA EMÍLIA MORAIS CARNEIRO

Aprovado em reunião do Conselho Geral de 25 de Novembro de 2022.